

Cargo: M08 - FISCAL FAZENDÁRIO

Disciplina: Conhecimentos Específicos

Questão	Gabarito por extenso	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
36	converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária de cálculos complexos ou estimativas	De acordo com a LEI Nº 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966 - Código Tributário Nacional – Artigo 113 em seu §3º: A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, <u>converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.</u> O complemento da resposta "de cálculos complexos ou estimativas" invalida a questão. Portanto, será anulada.	DEFERIDA	ANULADA
40	licença	As alternativas incorretas apresentam diversos atos da administração que não produzem efeitos jurídicos deles decorrentes, tendo em vista que atos materiais como a limpeza de rua, são de simples execução; despachos de mero encaminhamento processual não tem outro efeito além desse mero encaminhamento; atos enunciativos ou de conhecimento que apenas declaram ou atestam a existência de um direito; pareceres e laudos se tratam de ato de opinião. Apenas uma dessas alternativas, que é o gabarito, apresenta um ato administrativo em que há produção de efeito jurídico imediato, que é a licença. A questão está de acordo com o livro Direito Administrativo de Maria Sylvia Zanella de Pietro.	INDEFERIDO	-
42	Homologação	De acordo com a obra Direito Administrativo de Maria Sylvia Zanella de Pietro: <ul style="list-style-type: none"> • Homologação é o ato unilateral e vinculado pelo qual a administração pública reconhece a legalidade de um ato jurídico, realizada a posteriori e examina apenas o aspecto da legalidade; • Permissão designa o ato administrativo unilateral discricionário e precário, pelo qual a administração faculta ao particular a execução de serviço público ou utilização privativa de bem público; • Admissão é o ato unilateral e vinculado pelo qual a administração reconhece ao particular, que preencha os requisitos legais, o direito à prestação de um serviço público; • Parecer é ato pelo qual os órgãos consultivos emitem opinião sobre assuntos técnicos ou jurídicos de sua competência, • Autorização é ato unilateral e discricionário pelo qual a administração faculta ao particular o desempenho de atividade que sem esse consentimento seriam proibidas, ou o uso privativo de bem público a título precário ou pelo qual delega ao particular a exploração de serviço público a título precário. Portanto, o gabarito está mantido.	INDEFERIDO	-
43	Revogação	De acordo com a obra Direito Administrativo de Maria Sylvia Zanella de Pietro a extinção do ato administrativo pode decorrer de retirada, que abrange: -Revogação, nos casos que ocorra em decorrência de oportunidade e conveniência; -Invalidação, devido a ilegalidade; -Cassação, quando o destinatário descumpriu condições que deveriam permanecer atendidas; -Caducidade, quando norma jurídica posterior não permite a situação anterior ou -Contraposição em que um ato com fundamento de competência é contraposto ao ato anterior que se extingue. As demais alternativas apresentam outras formas de extinção, distintas das que ocorrem por retirada. Portanto, o	INDEFERIDO	-

		recurso não procede.		
44	Para o ativo, o custo histórico e o custo de reposição são valores de entrada.	<p>De acordo com a NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público. Item 7.8 e 7.9 –</p> <p>As bases de mensuração podem fornecer valores de entrada e valores de saída. Para o ativo, os valores de entrada refletem o custo da compra. O custo histórico e o custo de reposição são valores de entrada. Os valores de saída refletem os benefícios econômicos da venda e também o montante que será obtido com a utilização do ativo. Em economia diversificada, os valores de entrada e saída diferem à medida que as entidades, normalmente: (a) adquirem ativos concebidos para suas particularidades operacionais para as quais outros participantes do mercado não estariam dispostos a pagar valor semelhante; e (b) incorrem em custos de transação na aquisição.</p> <p>7.9 As bases de mensuração para o passivo também podem ser classificadas em termos de valores de entrada ou de saída. Os valores de entrada se relacionam à transação na qual a obrigação é contraída ou ao montante que a entidade aceitaria para assumir um passivo. Os valores de saída refletem o montante exigido para cumprir a obrigação ou o montante exigido para liberar a entidade da obrigação.</p> <p>As alternativas apresentadas contêm informações suficiente para que o candidato identifique aquela que está de acordo com as normas contábeis vigentes. A utilização do "dos" substitui o termo "aspectos relacionados ao conceito de valores", sem interferência do entendimento da regra correta a respeito das bases de mensuração contidas. Portanto, o recurso não procede.</p>	INDEFERIDO	-
45	autorizar a aplicação reservas no resgate ou na amortização de ações	Tema da questão não está contido no conteúdo programático da prova, que restringe a aplicação da Lei nº 6.404/1976 ao Plano de Contas e Demonstrações Contábeis. Portanto, a questão será anulada.	DEFERIDA	ANULADA
47	Ativo não circulante	De acordo com a Lei nº 6.404/1976, em seu Art. 179. As contas serão classificadas do seguinte modo: II - no ativo realizável a longo prazo: os direitos realizáveis após o término do exercício seguinte, assim como os derivados de vendas, adiantamentos ou empréstimos a sociedades coligadas ou controladas (artigo 243), diretores, acionistas ou participantes no lucro da companhia, que não constituírem negócios usuais na exploração do objeto da companhia. Essa determinação pode ser vista também na obra "Contabilidade comercial" de Sérgio de Ludícibus e José Carlos Marion que apresenta a conta "Crédito com pessoas ligadas" no Ativo Realizável a longo prazo. Portanto, o recurso não procede.	INDEFERIDO	-
48	valor de mercado	De acordo com a Lei nº 6.404/1976, as aplicações em instrumentos financeiros derivativos devem ser mensuradas pelo seu valor justo, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda.	DEFERIDA	ANULADA
49	ICMS a Recolher no valor de R\$ 3.600	A questão trata de Registros Procedimentos Contábeis típicos de empresas comerciais. Em seu primeiro mês em operação houve uma única compra de R\$ 50.000 e por ser o primeiro mês não há saldos anteriores. Essa compra gera o registro de ICMS a recuperar, considerando a incidência de ICMS na alíquota de 18%: $50.000 \times 18\% = 9.000$, Uma única venda no valor de R\$ 70.000, Essa venda gera o registro de ICMS a recolher, considerando a incidência de ICMS na alíquota de 18%: $70.000 \times 18\% = 12.600$ A apuração do ICMS a recolher ao final do período resultou na dedução do valor a recuperar: $12.600 - 9.000 = 3.600$	INDEFERIDO	-

